

CRISE NO ESTADO

Previsão é que rombo do Rioprevidência atinja R\$ 14,5 bi em 2038

Deputados poderão votar hoje dez destaques do plano de socorro aos estados

LUÍZ ERNESTO MAGALHÃES
luiz.magalhaes@oglobo.com.br

O governo do Estado divulgou ontem projeções sobre a evolução do déficit nas contas do Rioprevidência. De acordo com o estudo, divulgado pelo "RJ TV", se não houver mudanças na estratégia de capita-

lização do fundo, ele será deficitário até 2092. A projeção de déficit para este ano chega a R\$ 9 bilhões e aumenta progressivamente até 2038, quando chegará a R\$ 14,5 bilhões. A partir de 2039, o rombo começa a cair lentamente.

Hoje, a Câmara dos Deputados deve voltar a discutir o projeto de socorro ao Rio. O texto base do Plano de Recuperação Fiscal dos Estados foi aprovado na semana passada, mas ainda falta votar dez destaques que propõem alterações no original

antes que a proposta seja encaminhada ao Senado.

O projeto autoriza que estados que estejam com as contas desequilibradas — como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — deixem de pagar dívidas por três anos e possam contrair novos financiamentos por meio de um acordo com a União. Em contrapartida, os estados terão que se comprometer com uma série de medidas de austeridade.

Entre as medidas que não foram a plenário, a mais polêmica

é a que prevê um aumento de 11% para 14% na alíquota de contribuição dos servidores para reequilibrar as contas do Rioprevidência.

No Palácio Guanabara, o clima é de expectativa para que o projeto avance no Congresso Nacional, já que o pacote de ajuda da União vem sendo negociado desde janeiro. A situação das contas do Rio permanece crítica. O 13º salário dos servidores, relativo ao ano de 2016, ainda não foi pago. Em relação aos

salários de março, apenas foram pagos os servidores da Segurança Pública (ativos e aposentados) e da educação (ativos). Ontem, a Secretaria estadual de Fazenda ainda não tinha um prazo para concluir a quitação da folha.

— O Estado tem que seguir em frente. Há quase 90 dias assinamos um termo de compromisso com o Governo Federal e aguardamos com urgência a aprovação no Senado. O plano, em conjunto com as medidas para a elevação da receita, é cru-

cial para a recuperação do Rio — disse o secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico, Cristino Áureo.

A previsão dos técnicos do estado é que, devido à burocracia, o acordo ainda demore alguns meses para ser assinado. Para tentar fazer caixa até lá, o estado está concluindo a proposta de um projeto de lei que prevê a possibilidade de contribuintes anteciparem o recolhimento do ICMS em troca de descontos no valor final. ●